



A seguradora global de confiança.

MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ 09.382.998/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
A MAPFRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2015 com R\$ 40,1 milhões (R\$ 32,5 milhões em 2014) de receita líquida com títulos de capitalização.

As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 65,3 milhões (R\$ 57,7 milhões em 2014).
O resultado do exercício de 2015, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 9,6 milhões (R\$ 6,1 milhões em 2014) e o lucro líquido foi de R\$ 6,1 milhões (R\$ 3,6 milhões em 2014).
Os acionistas deliberaram o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no total de R\$ 4,0 milhões, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de dezembro de 2015.
A Administração prevê para o próximo exercício a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização, promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados.

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, a MAPFRE Capitalização S.A., declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante Disponível	Notas		Passivo Circulante	Notas	
	2015	2014		2015	2014
Caixa e bancos	35	70	Contas a pagar	67.132	61.199
Aplicações	5	64.895	Obrigações a pagar	10	1.150
Créditos das operações de capitalização	6	5.445	Impostos e encargos sociais a recolher	290	371
Créditos das operações de capitalização	6	5.445	Encargos trabalhistas	163	135
Títulos e créditos a receber	7	1.612	Impostos e contribuições	11	273
Créditos tributários e previdenciários	7	1.469	Depósitos operacionais	13	65.255
Depósitos bancários e fiscais	2	2	Provisões técnicas - capitalização	13	65.255
Outros créditos	141	141	Provisão para resgates	52.369	50.020
Outros valores e bens	7	7	Provisão para sorteio	12.802	7.659
Outros valores	7	7	Outras provisões	84	60
Despesas antecipadas	12	12	Outros débitos	1	1
Ativo não circulante	12.135	16.436	Provisões judiciais	18a	1
Realização a longo prazo	11.645	15.805	Patrimônio líquido	14	17.009
Aplicações	5	11.514	Lucros acumulados	14	12.000
Títulos e créditos a receber	7	131	Reservas de lucros	5.009	3.113
Créditos tributários e previdenciários	7	131			
Imobilizado	8	335			
Bens móveis	8	335			
Intangível	9	156			
Outros intangíveis	9	156			
Total do ativo	84.141	76.313	Total do passivo e do patrimônio líquido	84.141	76.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

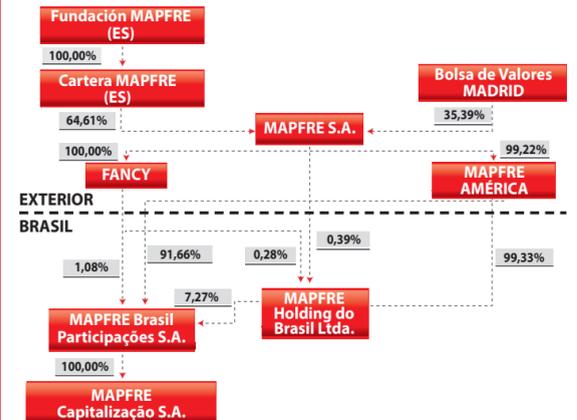
Saldos em 31 de dezembro de 2013	Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados
Lucro líquido do exercício	12.000	2.757	777	15.534
Distribuição do lucro líquido	-	-	-	3.579
Reserva legal	-	-	179	(179)
Dividendos - AGE de 5 de dezembro de 2014	-	(4.000)	-	(4.000)
Reserva estatutária	-	3.400	-	(3.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.000	2.157	956	15.113
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.895
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	295	(295)
Pagamento de dividendos - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	(1.085)	-	(2.061)
Pagamento de juros sobre o capital próprio - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	-	-	(853)
Reserva estatutária	-	2.686	-	(2.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.000	3.758	1.251	17.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O balanço patrimonial, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e foram elaboradas em reais com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e bancos:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. **b) Aplicações financeiras:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do período. (ii) **Ativos mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido de custos de depreciação e amortização. **d) Imobilizado:** Ativo imobilizado de uso próprio compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. (ii) **Determinação do valor justo:** Os valores justos são avaliados em condições de mercado e a diferença entre o custo de aquisição e as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5. **c) Redução ao valor recuperável:** (i) **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará no processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, sua redução é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. (ii) **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguro) são avaliados em condições de mercado e as mudanças, que não sejam perdas por imparidade de valor contábil do qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido dos efeitos de depreciação. **d) Imobilizado:** Ativo imobilizado de uso próprio compreende os equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8. **e) Intangível:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização e reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 20 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **f) Provisões técnicas:** A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso durante o prazo previsto, em nota técnica atuarial e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidos no plano até o resgate ou cancelamento do título.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar o balanço patrimonial e os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas aprovadas pelo Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a adequação e eficácia da gestão de riscos, com o objetivo de assegurar a qualidade do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Companhia conta com os seguintes comitês: **Comitê de Riscos:** Cabe a este comitê zelar pela qualidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. **Comitê de Auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de atuação da Companhia em relação à estratégia financeira consistente com o objetivo de mensurar os seguintes limites descritos na Política e submetidos aos Comitês competentes periódicas avaliações econômica, financeira das contrapartes em que os recursos estão aplicados. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Rating da carteira de aplicações:** No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Pública e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador de plano desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização. **g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável". Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho contábil confiável e certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** (i) **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. (ii) **Obrigações com aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao longo do período em que os benefícios são pagos em serviços de natureza operacional. (iii) **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. **i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **Intangível e amortização:** O custo de aquisição de intangível é calculado com base no valor sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A receita de juros e reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **j) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos

* continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Nos termos da Resolução CNSP 321/2015, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CR e a situação em que a Companhia apresente montante de ativos líquidos, em excessão à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco (CR). Até que o CNSP regule o capital pertinente a risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	20.015		20.015	
Despesas antecipadas	(12)		(12)	
Ativos intangíveis	(156)		(156)	
Patrimônio líquido ajustado (a)	16.841		16.841	
Capital base (b)	658		658	
Capital de risco de subscrição	1.641		1.641	
Capital de risco operacional	615		615	
(-) Correlação entre capitais de riscos	(248)		(248)	
Capital de risco (c)	2.666		2.666	
Capital mínimo requerido (d)	10.800		10.800	
Suficiência de capital (e) (=a-d)	6.041		6.041	
Suficiência de capital (e/d)	56%		56%	
Índice de liquidez				
Capital de risco (a)	2.666		2.666	
Índice de liquidez - 20% sobre CR	533		533	
Ativos livres (b) - Nota 12	11.154		11.154	
Índice de liquidez (b/a)	418%		418%	

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Resumo das classificações das aplicações financeiras

Títulos	2015		2014	
	Valor contábil	%	Valor contábil	%
I. Valor justo por meio do resultado	64.895	100%	47.497	100%
Fundos exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	50.248	77,43%	32.941	69,35%
Operações compromissadas (*)	13.991	21,58%	13.672	28,81%
Títulos da Dívida Agrária - TDA	656	1,01%	884	1,86%
II. Ativos disponíveis para venda (**)		0,00%	4.688	100%
Carteira própria				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	0,00%	1.973	48%
Fundos exclusivos		0,00%	2.715	52%
III. Títulos mantidos até o vencimento	11.514	100%	10.936	100%
Carteira própria				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	11.514	100%	10.936	100%
Total geral	76.409		63.121	

(*) Com lastro em títulos públicos; (**) Em 2014 a Seguradora apresentou a classificação de determinados instrumentos financeiros na categoria "Mantidos até o vencimento" apesar da classificação formalizada através de confirmação com o administrador estar caracterizada como "Disponível para venda". Em decorrência, os valores correspondentes aos referidos instrumentos financeiros relativos a 31 de dezembro de 2014 estão sendo representados considerando a correta categoria - "Disponível para venda".

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	2014		2015	
	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	2015
Aplicações	63.121	80.592 (76.818)	9.514	76.409
Total	63.121	80.592 (76.818)	9.514	76.409
Descrição	2013		2014	
	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	2014
Aplicações	42.744	87.948 (73.687)	6.116	63.121
Total	42.744	87.948 (73.687)	6.116	63.121

c) Composição por prazo e por título:

Títulos	2015					Valor contábil
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2015	
I. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	13.991	92	151	50.661	64.895	
Fundos exclusivos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	50.248	50.248	
Operações compromissadas (*)	13.991	-	-	-	13.991	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	92	151	413	656	
III. Títulos mantidos até o vencimento				11.514	11.514	
Fundos exclusivos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	11.514	11.514	
Total geral	13.991	92	151	62.175	76.409	

(*) Com lastro em títulos públicos.

Títulos	2014					Valor contábil
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014	
I. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	13.672	15.916	203	17.706	47.497	
Fundos exclusivos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	15.853	-	17.088	32.941	
Operações compromissadas (*)	13.672	-	-	-	13.672	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	63	203	618	884	
II. Ativos disponíveis para venda				4.688	4.688	
Carteira própria						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	1.973	1.973	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	2.715	2.715	
III. Títulos mantidos até o vencimento				10.936	10.936	
Fundos exclusivos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	10.936	10.936	
Total	13.672	15.916	203	33.330	63.121	

A Companhia possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. d) **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. e) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Todas as aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são Nível 1.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Refere-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização do mês.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Ativo	2015	2014
Tributos a compensar	1.469	2.487
Total circulante	1.469	2.487
IRPJ - Adições temporárias	73	113
CSLL - Adições temporárias	58	68
Total não circulante	131	181

8. IMOBILIZAÇÃO

Veículos	2015					31/12/2015
	Taxa anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Depreciação	Transferências	
	20%	308	127	(61)	3	(150)
Móveis e utensílios	10%	3	29	(22)	34	-
Equipamentos	20%	154	35	(40)	(85)	64
Total		465	191	(123)	(48)	335
Veículos	2014					31/12/2014
	Taxa anual de depreciação	31/12/2013	Adições	Depreciação	Transferências	
	20%	295	98	(12)	(73)	308
Móveis e utensílios	10%	4	-	(1)	-	3
Equipamentos	20%	20	141	(7)	-	154
Total		319	239	(20)	(73)	465

9. INTANGÍVEL

Projetos de informática	2015					31/12/2015
	Taxa anual de amortização	31/12/2014	Adições	Amortização	Transferências	
	20%	166	92	(151)	49	156
Total		166	92	(151)	49	156
Projetos de informática	2014					31/12/2014
	Taxa anual de amortização	31/12/2013	Adições	Amortização	Transferências	
	20%	194	62	(90)	166	166
Total		194	62	(90)	166	166

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Fornecedores e outras obrigações a pagar	2015		2014	
	Participação nos lucros	Compartilhamento de despesas (Nota 17b)	2015	2014
	-	-	252	453
Total			1.150	1.259

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de renda	2015		2014	
	(-) Antecipação de imposto de renda	Contribuição social	(-) Antecipação de contribuição Social	COFINS
	-	-	1.493	931
	-	-	60	44
	-	-	10	7
	-	-	1	-
Total			273	1.539

12. COBERTURAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas	2015		2014	
	Total a ser coberto	Ativos garantidores	2015	2014
	-	-	65.255	57.739
	-	-	11.514	4.688
	-	-	64.895	58.433
	-	-	76.409	63.121
Total			11.514	5.382

13. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Saldo no início do exercício	2015					Total das provisões
	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgate (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisões administrativas de títulos de capitalização	
	47.332	2.687	4	7.656	60	57.739
Constituição de provisão	96.728	-	23.324	-	120.052	
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	3.000	113	-	206	4	3.323
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(32.109)	-	(32.109)
Resgate solicitado - transferência de PMC para PR	(96.433)	-	-	-	-	(96.433)
Pagamento de resgates	-	(97.634)	-	-	-	(97.634)
Transferência PMC para PR	-	96.433	-	37.044	-	133.477
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	182	182
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(162)	(162)
Baixa de sorteios decorridos	-	-	(23.323)	-	-	(23.323)
Outros ajustes	164	(21)	-	-	-	143
Saldo no final do exercício	50.791	1.578	5	12.797	84	65.255
Saldo no início do exercício	2014					Total das provisões
	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgate (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisões administrativas de títulos de capitalização	
	29.464	-	2	6.297	32	35.795
Constituição de provisão	69.213	-	17.688	-	-	86.901
Títulos cancelados	(4.858)	-	-	-	-	(4.858)
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	2.497	-	-	58	3	2.558
Resgate solicitado	(48.983)	-	-	-	-	(48.983)
Pagamento de resgates	-	(46.297)	-	-	-	(46.297)
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(16.373)	-	(16.373)
Transferência para PSR/PSP	-	48.984	-	17.687	-	66.671
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(120)	(120)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	145	145
Baixa de sorteios decorridos	-	-	(17.687)	-	-	(17.687)
Outros ajustes	-	-	1	(14)	-	(13)
Saldo no final do exercício	47.333	2.687	4	7.655	60	57.739

DIRETORIA

Diretor Presidente WILSON TONETO	Diretores EDUARDO SOARES DE FREITAS ELISEU JOÃO VICIANA RENATO FERNANDES
--	--

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Capitalização S.A. São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 12.000 e estão representadas por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. Para o exercício de 2015, a Companhia realizou o pagamento de dividendos ao acionista de R\$ 3.146 e juros sobre o capital próprio de R\$ 853. O montante creditado a título de juros reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$ 384.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

	2015
--	------

* continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O Comitê de Auditoria Único do "GRUPO MAPFRE Serviços Financeiros" instituído na MAPFRE Previdência S.A., empresa líder à MAPFRE Capitalização S.A. e à MAPFRE Saúde S.A., foi instituído nos termos da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente. O Comitê, composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 2011, tem como atribuições avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis das empresas e fundos administrados pelas mesmas; o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno; a observância das normas e regimentos internos; a observância das exigências legais e regulamentares; o sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa e da auditoria interna. O Comitê, no desempenho das suas atividades destaca que: (a) reuniu-se com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações; (b) Tornou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou acompanhamento dessas rotinas, como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes avaliando positivamente a efetividade dos sistemas de controles internos e (c) Acompanhou os trabalhos relativos ao canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, fornecedores e ao público

em geral, sem registro de ocorrências no decorrer do período. O Comitê de Auditoria revisou previamente as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., reuniu-se com a Auditoria Interna e com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria Único do "GRUPO MAPFRE Serviços Financeiros", instituído na MAPFRE Previdência S.A., empresa líder à MAPFRE Capitalização S.A. e à MAPFRE Saúde S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaborados de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.

O COMITÊ

Wilson Alves Feitosa
CoordenadorEdvaldo Massao Murakami
Membro TitularRobson Soares
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiu relatório de auditoria datado de 24 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016



KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Ministro diz que locais da Olimpíada do Rio não ficarão ociosos após os Jogos

Governo federal gastará R\$ 300 milhões para erguer 200 vilas na cidade

O ministro do Esporte, George Hilton, demonstrou confiança em um legado consistente, tanto para a cidade quanto para o resto do país, das Olimpíadas do Rio de Janeiro, que serão realizadas de 5 a 21 de agosto deste ano. Segundo ele, "não há como ficarem ociosos" os espaços construídos para os jogos, após o evento. O ministro aposta no investimento feito pelo governo federal e no próprio interesse do cidadão para o sucesso do legado dos Jogos Rio 2016.

"Não há como esses espaços ficarem ociosos porque a gente costuma dizer que uma Olimpíada gera um legado intangível. Ela mexe com o imaginário dos jovens. A medida que a Olimpíada for ganhando força, você vai ter uma massa de gente querendo iniciar no

esporte", disse o ministro.

Hilton explicou que há um plano de legados sendo trabalhado em conjunto com a prefeitura do Rio de Janeiro. Esse plano visa a aproveitar as instalações do Parque Olímpico da Barra, que compreende várias arenas, com disputa de dezenas de modalidades durante os jogos. A ideia é estimular o uso desses espaços por escolas, clubes amadores e a população em geral.

Já as instalações em Deodoro ficarão sob a responsabilidade das Forças Armadas, uma vez que o local é uma área militar. "E os militares vão utilizar muito aquela estrutura para os seus atletas, já que o desporto militar tem ganhado mais protagonismo a cada dia".

Além disso, o governo vai financiar a construção das chamadas Vilas do Esporte. Serão áreas

de 4 mil m², com academia ao ar livre, campo de futebol society, quadra coberta e pista de caminhada. O governo federal vai empregar R\$ 300 milhões para erguer cerca de 200 vilas. É a ideia que essas vilas sejam instaladas em pequenos municípios, de até 50 mil habitantes, e sem qualquer espaço para a prática esportiva.

"Temos mais de 5,5 mil municípios e a realidade é que 90% deles não passam de 50 mil habitantes. As Vilas do Esporte vão para municípios de até 50 mil habitantes, em que o prefeito vai se cadastrar. A ideia é iniciar em cidades onde não tem nada. Porque, às vezes, a cidade já tem a quadra, outras já têm o campo, mas existem cidades que não têm nada", explicou Hilton.

O objetivo é fazer parcerias com prefeituras e associações de bairro para o uso maciço dessas

vilas. O repasse da verba às prefeituras será intermediado pela Caixa Econômica Federal. O banco vai repassar a verba à medida que verificar o andamento das obras.

Hilton também destacou o investimento feito pelo governo – cerca de R\$ 4 bilhões – na construção de centros de treinamento para atletas olímpicos, no apoio às seleções por meio de diversas ações, como a contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e viagens para treinamentos e competições. Isso, para que os atletas brasileiros possam desempenhar um bom papel no Rio de Janeiro, em agosto.

Ao final dos jogos, esses centros de treinamento – são 12 de várias modalidades espalhados pelo país – ficarão sob administração das confederações. Nesses locais, os atletas profissionais con-

tinuarão treinando, mas há previsão de que sejam reservados espaços para a realização de projetos sociais voltados para aproximar a população do esporte.

O governo espera que esse bom desempenho seja indutor de iniciação à prática esportiva. Hilton reforça o desejo de ver a bandeira brasileira sendo hasteada em várias cerimônias de premiação, mas destaca a importância de estimular a prática de esporte na sociedade.

"Os atletas, independentemente de subir ao pódio, serão fundamentais para nos ajudar a propagar a ideia do esporte, como embaixadores que serão. Mas é claro que queremos vê-los no pódio. É importante ter esses ídolos nessa Olimpíada porque serão grandes inspiradores para nossas crianças e jovens".

O Ministério do Esporte enco-

mendou uma pesquisa que indicou alto número de brasileiros sedentários. São 45,9%, de acordo com Hilton. "São brasileiros vivendo de uma maneira totalmente sedentária, sem nenhum tipo de atividade física. Esses números preocupam. Queremos aproveitar a Olimpíada para mudar essa cultura".

O governo já definiu sua meta nesse sentido. A ideia é que cerca de 3 mil pessoas possam utilizar as Vilas do Esporte por semana. Além disso, o ministério conta com a expansão de programas como o Segundo Tempo, que promove ações de esporte educacional para jovens, e Lutas pela Cidadania, voltado principalmente para crianças e que vai apresentar a elas o mundo das artes marciais, com material para treino e equipe profissional providenciada pelo ministério.

mais diversão
mais florestas plantadas

Você ♥ papel
Dá para entender

Você sabia que as empresas brasileiras produtoras de papel obtêm 100% da celulose a partir de florestas plantadas?*

A área de florestas plantadas no Brasil equivale a 2.6 milhões de campos de futebol.**

Leia seu jornal favorito tranquilamente, pois o papel é feito de madeira natural e renovável.

Para descobrir fatos ambientais surpreendentes sobre a comunicação impressa e o papel, visite www.twosides.org.br

Two Sides é uma iniciativa que promove o uso responsável da comunicação impressa e do papel como uma escolha natural e reciclável para comunicações poderosas e sustentáveis.

*IBÁ, 2015.

**Two Sides Brasil, 2015.

A comunicação impressa e o papel têm uma ótima história ambiental para contar



www.twosides.org.br

